

JOSÉ MAMPUIA ANDRÉ

**O DIREITO À VIDA
E À SUA PROTEÇÃO
NO ESTADO DE DIREITO**



2022



ÍNDICE

Introdução.....	1
1. Conceitos de âmbito ético-social do Direito à Vida	16
1.1 Fonte e titularidade da Vida. Reciprocidade responsável entre o Eu e o Outro.....	16
1.1.1 O conceito ético-antropológico de Responsabilidade.....	17
1.1.2 O binómio ético-cristão da Paridade e Reciprocidade responsáveis.....	25
1.1.3 O trinómio ético-sociopolítico Dignidade Humana, Solidariedade e Welfare	31
1.2 Quadro dos direitos de Personalidade e conceitos de âmbito jurídico do Direito à Vida	40
1.2.1 O percurso jusdoutrinador (luso-angolano) em torno da juscivilística dos Direitos de Personalidade.....	41
1.2.2 Noção genérica de Direitos de Personalidade, com o Direito à Vida em destaque	57
1.2.3 Enfoque específico do Direito à Vida nos Direitos de Personalidade	59

2.	Dever do Estado de proteger a Vida, enquanto Direito de Primeira Geração	77
2.1	Direitos de Personalidade no Contexto do Estado de Direito	80
2.1.1	Estado de Direito e Direito à Vida e seus corolários (centro e periferia)	83
2.1.1.1	Desfocagens no Estado de Direito entre Direitos de Personalidade e Direitos (Universais) de Primeira Geração	88
2.1.1.2	Estado de Direito e um JusReconhecimento Viral, na inversão dos Direitos e Deveres (de Primeira Geração)	95
2.1.2	Direitos de Personalidade na Constituição formal e na Constituição material.....	98
2.1.2.1	A Forma: tipologia da “inteligência Constitucional”, sua peculiaridade.....	103
2.1.2.2	A Matéria: Conteúdo dos Direitos Fundamentais transportadores dos Direitos de Primeira Geração e dos Direitos de Personalidade	111
2.2	Da Implicação Proativa: Direitos de Personalidade / / Direitos Humanos	129
2.2.1	Dos Universais (Catárticos) do Homem: Direito à Vida, à Liberdade e à Igualdade	130
2.2.1.1	Do Universal Catártico Subjetivo / Identitário Humano	133
2.2.1.2	Do Universal Catártico Intersubjetivo Reconhecedor Humano	139
2.2.1.3	Do Universal Catártico Intersubjetivo Juspolítico Humano	142
2.2.2	Da Ação Catártica Global, processadora dos Direitos Humanos e da ONU.....	145
2.2.2.1	Tripla Alinhamento da Ação Catártica Global, processadora dos Direitos Humanos.....	146
2.2.2.2	A Carta / Declaração Universal dos Direitos Humanos: breve achega contenedora	162

3. Direito à Vida nos ordenamentos jurídicos português e angolano: chega de Direito Comparado	175
3.1. Direito Português: análise da tutela sobre a Vida Humana.....	177
3.1.1. Dependência da Vida Fetal: o Estatuto Jurídico do Nascituro	178
3.1.2. Dependência da Vida Pueril: a Menoridade.....	189
3.1.3. Dependência (Ativa) da Vida na Maioridade (Produtiva) Tributária	224
3.2. Direito Angolano	324
3.2.1. Portabilidade Angolana da análise e dos resultados de Portugal.....	324
3.2.1.1. Parâmetro Jurídico-Estadual Angolano lusu-descendente da portabilidade.....	327
3.2.2. A Natureza Complexa da Incidência e da Gestão do Ordenamento Jurídico Angolano versus o Direito Português.....	330
4. Regulação Internacional	336
4.1. Regulação Internacional, contexto complexo do Direito Internacional	336
4.1.1. Regulação Internacional e Direito Internacional sobre Direito à Vida: <i>framework</i> operador.....	338
4.1.2. Regulação Internacional e Direito Internacional sobre Direito à Vida: pressupostos para a leitura analítica da DUDH.....	346
5. Direito Internacional sobre Proteção à Vida.....	347
5.1. Da racionalidade holística e equitativa da DUDH (com o Direito à Vida positivado)	350
5.2. Do sistema convencional e tutelar dos Direitos Humanos: a Personalidade Jurídica Internacional do Indivíduo.....	352
5.3. Necessidade vinculativa da Ética da Cultura Pró-Vida	357
Conclusão	361
Resumo Abstract Resumé	365
Bibliografia	369
Anexo.....	377